

ONOMÁSTICA, MONUMENTO E CONTEXTO*

José d'Encarnação

Se as mais recentes descobertas no santuário de Endovélico (cf. *Conimbriga* 41, 2002 295-297) trouxeram a lume novas variantes da grafia do teónimo (*Ennovollico*, *Endoveleco*); se a notícia dada pelo periódico *La Voz de Galicia*, na sua edição de 24 de Maio de 2003, de que havia sido identificada, no castro de Facho (Pontevedra), mais de uma centena de epígrafes dedicadas a uma mesma divindade mas cujo nome também aí aparece grafado de maneiras diferentes (*Berobronis*, *Breobus...*) — creio que não valerá a pena insistir na ideia (que sempre preconizei) de que, para as variantes gráficas de um teónimo ou mesmo de um antropónimo pré-romanos, a oralidade (sem regras precisas) constitui factor determinante. A evidência aí está, mais uma vez.

Isso nos desafia a buscar, para determinadas formas, não apenas uma etimologia de âmbito linguístico, no sentido estrito do termo, mas de âmbito meramente sonoro (digamos assim). *Cecatilus*, por exemplo, patente numa estela da zona ocidental do *conventus Scallabitanus* (FE 307), que significado terá?

A resposta à pergunta não pode, porém, deixar de ter em conta dois outros aspectos fundamentais, de índole histórico-cultural:

1.º Que função original teve a epígrafe, **esta** epígrafe?

2.º Qual o contexto geográfico em que ela surge? Ou, dizendo doutro modo, a epigrafia documentada na região em que se insere dá-nos, a este respeito, algumas informações?

* A participação nesta reunião decorre também no âmbito do Programa FER-CAN, integrado nos projectos do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto, financiados pela Fundação da Ciência e da Tecnologia.

O TEXTO

Demos a conhecer — Guilherme Cardoso, Isabel Luna e eu próprio — o fragmento de uma estela epigrafada, de arenito, achada na *villa* romana das Ferrarias, Vila Facaia, freguesia do Ramalhal, concelho de Torres Vedras, território bem na zona ocidental da Lusitânia, pertencente, segundo cremos, ao *ager Olisiponensis*.

Com as dimensões de 37 x 29,5 x 8 cm, apresentava um texto gravado com estilete, ao sabor do gesto, do que resultou uma escrita quase cursiva, embora de capitais, que lemos da seguinte forma:

[...]T̄VS B[...]B̄VEM F(*ilius*) / CETATIL/VS BOVI(i)/⁵ TAPVRVS
/ MIRANI F(*ilius*)/ [...]

Pareceu-nos poder deduzir que estávamos «perante uma lista de indivíduos, identificados à maneira indígena: um nome seguido do patronímico, com ou sem menção expressa da filiação», de que isolámos os antropónimos *Cetatilus*, *Bovius*, *Tapurus* e *Miranus*.

A dificuldade maior que sentimos residiu «no facto de — à excepção do genitivo BOVI, já atestado inclusive na epigrafia romana torreense (cf. Mantas, 1982, inscrições núms. 6 e 11), e de TAPVRVS, clara variante, ainda não documentada, que sabemos, do nome *Taporus*, a que se tem atribuído uma conotação geográfica e étnica (cf. FERREIRA 2000) — os antropónimos aqui patentes se revelarem desconhecidos, pelo menos com esta grafia».

Sobre o primeiro patronímico, de que nos pareceu faltar a segunda letra, afirmámos ser difícil optar entre BOBVEMVS, BVBVEMVS ou BEBVEMVS, ainda que o registo do genitivo *Boboeni*, em *Bracara Augusta*, e de *Boblaeni*, em *Conimbriga* (cf. Abascal Palazón, 1994, p. 301), nos permitisse inclinar-mo-nos mais para a primeira hipótese. De CETATILVS afirmámos que se tratava de um «testemunho singular, sendo —*ilus*, seguramente, um sufixo latino de diminutivo», acrescentando:

«Não sabemos, porém, se o radical o deveremos procurar na antroponímia pré-romana ou, por exemplo, na apropriação de nomenclatura grega, o que também não seria de estranhar. Em todo o caso, a presença de nomes como *Bovius* e *Tapurus*, tidos como claramente de raiz autóctone, lusitana até, poderia levar-nos a uma relação com o nome *Caitta*, registado em Palência, que María de Lourdes Albertos relaciona, na sequência de outros celtistas, com o indo-europeu **ghaita*, a significar «pêlo eriçado ou ondulado», donde derivaria, inclusive, o grego *χαίτη*» (Albertos Firmat, 1966, p. 71).

Tratava-se, porém, de «congregações inconclusivas», reconhecemos.

Já quanto ao genitivo *Mirani* não se nos afigurou haver problema, porquanto a ele se referira M^a Lourdes Albertos, apresentando testemunhos da Bélgica e da Gália Cisalpina, relacionando-o com *Miro*, radical presente em *Mirobriga* (o. c., p. 158).

Concluíamos estar perante «matéria-prima fértil para os estudos onomásticos».

Ao preparar os índices do *Ficheiro Epigráfico*, Joaquín Gómez-Pantoja observou melhor a fotografia que apresentáramos, leu com muita atenção as nossas reflexões e apresentou nova sugestão de leitura e de interpretação, que veio a ser incluída nos *Addenda et corrigenda* de *Ficheiro Epigráfico* 70:

«La lectura propuesta por los editores no parece satisfactoria. Yendo de lo seguro a lo más incierto, *Tapurus* es posiblemente un etnónimo y no un nombre personal, del mismo modo que en el renglón siguiente debe leerse *Miranus* (con nexa NV) y no *Mirani f(iilius)* — nótese la clara factura de la S por comparación con la letra final del renglón anterior y, sobre todo, con la F del r. 2.

Pero la *crux* del fragmento es, con toda certeza, el extraño *Cetatilus* de los rr. 3 y 4. Aunque los editores podían haber aducido como paralelos aproximados de su lectura el *Ceteti[—]*, de CIL III, 3861; el *pagus Cetanus* de CIL IX, 1455 = AE 1997, 39; los *Iulii Cedalii* de CIL XV, 7472a = ILMN-1, 657, 2; el *Tetedius*, de CIL III, 10442; o, en fin, el *Tetaledius* de AE 1975, 301, aún así, el resultado apenas satisface.

A partir de la foto publicada (y por ello, salvo mejor opinión), propongo la siguiente interpretación del epígrafe:

[---]+++ +
 quem f(aciendum)
 c(uravit) et Atil-
 us Bovi
 5 Tapurus,
 Miranus
 [---]++[---]

Urgia, pois, voltar à pedra. E foi o que se fez.

A REVISÃO

Fizeram-se novas fotografias, estudaram-se outros ângulos de luz.

Na verdade, a leitura QVEM é de preferir, atendendo ao O da l. 4,

que também é mais pequeno e, assim, teríamos um Q de haste breve e quase vertical. Mas a pergunta surge de imediato: sendo pronome relativo em acusativo, a quem se refere? Que significa?

A interpretação F(*aciendum*) C(*uravit*) também não deixa de ser aliciante; contudo, porquê ali e não no fim, como seria normal? Aliás, nesse caso, que tipo de monumento é este? E que tipo de texto nele figura? Estranha-nos também — se se quisesse, sem lugar para dúvidas, fazer com que o F e o C se interpretassem como siglas — que se não tivesse lançado mão ao estratagema simples do uso da pontuação, que é inexistente.

Preconiza-se a hipótese ATILVS; não é, todavia, *Atilus* tão inexistente como CETATILVS no rol da onomástica pré-romana conhecida?

Analisando demoradamente o final da última linha, não se me afigura viável a existência de um nexu AN e pode ainda manter-se a dúvida se a última letra é I ou F. A opção é difícil, atendendo ao mau estado da superfície nesse ponto.

Tapurus constitui, claramente, um topónimo e como tal se encontra bem atestado, já o vimos. Contudo, também não é difícil de aceitar que se trate de nome único de raiz etnonímica — e são muitos os testemunhos que, no âmbito da epigrafia peninsular, se poderiam aduzir.

O MONUMENTO E O SEU CONTEXTO

Todas estas questões ganham ainda outra dimensão se quisermos repensar a tipologia e a função do monumento.

Chamámos-lhe estela — ou «lousa», na terminologia preferida por Francisco Beltrán; é de arenito local e parece estar completa lateralmente, porquanto são bem nítidas as superfícies de lascamento próprias deste tipo de rocha. E que função teria esta lista de nomes? Lista identificativa de defuntos sepultados em conjunto num mesmo local?

Estas questões levaram a interrogar-me de novo sobre o contexto arqueológico e — mais propriamente — epigráfico em que este fragmento se incluía, na faixa ocidental do *conventus Scallabitanus*. Ora, o que aí se verifica, na epigrafia romana, é uma profunda aculturação onomástica e tipológica.

AE 1982 463, por exemplo, uma cupa com inscrição num dos topos (como é usual nas cupas olisiponenses), ostenta o epitáfio de *Iulia Amoena, L. f.*, de doze anos, sendo a mãe (identificada na epígrafe apenas por MA em nexu) que, com o seu dinheiro, lhe mandou fazer esta memória: D(e) S(uo) F(ecit).

AE 1982 466 é, por seu turno, grande placa (124 x 59 x 57 cm) que apresenta um texto deveras curioso e que ainda não terá sido suficientemente consciencializado em todo o seu valor. Recorda que ali jazem *Licinia P. f. Maxsuma* e *M. Antistius M. f. Gal. Facundus*. Até aqui tudo normal, uma onomástica perfeitamente latina, a dar conta da presença de famílias de estirpe romana (os *Licinii*, os *Antistii*...), que vamos encontrar também, um tudo-nada mais a sul, na epigrafia de S. Miguel de Odrinhas (Lambrino, 1952, pp. 160-167). Há, porém, uma parte final de significado algo sibilino, quiçá, onde se proclama que foi *Cornelia T. f. Boutia* quem mandou erigir o monumento *viva se f. c.*, ou seja, em vida, mas que igualmente se não coíbe de afirmar (ou alguém o mandou afirmar por ela...): *quius posita est in prima parte imago*. Se busto ou estátua houve numa «primeira parte», hoje perdeu-se, como é natural, e também o monumento, na actualidade, não nos permite saber o que seria essa *prima pars*. Algo, porém, é certo: o grau de aculturação é elevado, independentemente de o *cognomen* de *Cornelia* ser a adopção (digamos assim) de um antropónimo etimologicamente pré-romano: *Boutius*.

No entanto, em contrapartida, da mesma região procede AE 1982 468, uma estela de características nitidamente autóctones quer na rusticidade da decoração (rosáceas e círculos concêntricos), quer na onomástica (claramente lusitana, diríamos), quer na extrema simplicidade do texto: *Reburrus Tusci f. et Tusca Tusci f.*

Aliás, um olhar atento notará facilmente as semelhanças paleográficas e, até, textuais entre esta estela (de 93 x 70 x 15,5 cm) e a que nos ocupa: o R, o S, o V, o nexos IF...

Que significado terá, então, a epígrafe das Ferrarias?

Perante os testemunhos aduzidos e à falta de outra explicação mais plausível, aqui se repete o que já escrevemos:

«Inclinar-nos-íamos, à primeira vista, para a vermos como lousa sepulcral, a identificar sepultura colectiva. Será? Temos dúvidas, que se fundamentam sobretudo na abundância de nomes e no carácter formalmente grosseiro do documento, quer no que se refere à tipologia quer à descuidada gravação quase em jeito (dir-se-ia) de apontamento quotidiano a atestar uma presença».

Afigura-se-me, pois, estela funerária de tradição indígena, datável da primeira metade do século I da nossa era, em que a passagem a escrito, em Latim, da onomástica indígena estava ainda incipiente; um documento que não ‘choca’ com a epigrafia conhecida desta faixa ocidental

do *ager Olisiponensis*, em que a aculturação parece ter sido a norma. Reconheço, porém, que a onomástica singular nela patente carece de paralelos, a fim de melhor ser entendida.

Por conseguinte, mais do que apresentar este contributo como o resultado concreto de uma investigação, preferi pôr em comum as questões que a sua publicação levantou: a onomástica nele patente (com dificuldades objectivas de leitura e de interpretação); o monumento em si (a sua tipologia); e o contexto histórico em que o achado se situa. Tudo isto para tentarmos saber qual o exacto contributo histórico-linguístico que o monumento nos poderá proporcionar. Monumento que poderá ser encarado como testemunho de mais uma «contaminação», um contacto em que ambas as partes em presença — indígenas e romanos — deram a sua contribuição para um resultado final para nós pouco compreensível, até porque também para os protagonistas a aculturação dava, então, os seus primeiros e titubeantes passos.

BIBLIOGRAFIA

- Abascal Palazón, Juan Manuel (1994), *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*, Universidad de Murcia/Universidad Complutense de Madrid, Múrcia.
- Albertos Firmat, María Lourdes (1966), *La Onomástica Primitiva de Hispania, Tarraconense y Betica*, CSIC, Instituto «Antonio de Nebrija», Salamanca.
- Cardoso, Guilherme, Encarnação, José d' e Luna, Isabel (2001), «Estela das Ferrarias (Torres Vedras)», *Ficheiro Epigráfico*, 68, inscrição núm. 307.
- Ferreira, Ana Paula Ramos (2000), «Sobre a dispersão dos *Tapori*: algumas notas de reflexão», *Conimbriga* 39, pp. 153-192.
- Lambrino, Scarlat (1952): «Les inscriptions de São Miguel d'Odrinhas», *Bulletin des Études Portugaises*, n. s., 16, pp. 134-176.
- Mantas, Vasco Gil (1982): «Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras», *Conimbriga* 21, pp. 5-99.



Figura 1: Estela das Ferrarias.



Figura 2: Estela de Reburrus